

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

WEDEKIN, Ivan. Ivan Wedekin (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO (EESP/FGV) e FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ivan Wedekin
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Ana Carolina Bichoffe; Mário Grynszpan;

Técnico de gravação: Eduardo Ferraz; Ítalo Rocha Viana;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 07/08/2012

Duração: 1h 30min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Trajetória e pensamento das elites do agronegócio”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Agricultura; Agroindústria; Agronomia; Associações rurais; Atividade profissional; Comércio internacional; Crédito agrícola; Elites agrárias; Empresas agrícolas; Família; Formação acadêmica; Fundação Getúlio Vargas; Legislação; Legislação agrária ; Ministério da Agricultura; Pesquisa científica e tecnológica; Política econômica; Produtor rural; Sistema financeiro;

Sumário

Entrevista: 07.08.2012

Arquivo 1: Origens familiares; a formação escolar; o ingresso no curso de Agronomia na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq – USP); a trajetória durante a graduação; o trabalho no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre); o curso de pós-graduação no Centro de Pesquisas em Direito e Economia (CPDE); a mudança para São Paulo e a trajetória profissional no agronegócio; a inovação da FGV na análise econômica da agricultura; a ideia do livro *Complexo agroindustrial: o agrobusiness brasileiro*; a visão sistêmica da agroindústria na pesquisa do livro; a participação na Frente Ampla da Agricultura da Constituinte; a importância das articulações entre empresários e universidades no desenvolvimento de pesquisas do agronegócio.

Arquivo 2: A questão da financeirização no setor agrícola; reflexões sobre políticas voltadas ao pequeno e médio produtor rural; a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag); o cargo no Ministério da Agricultura; as políticas empreendidas durante o período no Ministério; as aproximações do governo Lula com o continente africano; a participação do Brasil no mercado internacional; o trabalho na BM&F-Bovespa; a entrada do setor de serviços no negócio agrícola; a mudança na relação dos produtores com a terra; reflexões sobre os impactos da financeirização na agricultura; a entrada de novos grupos no setor produtivo rural; o futuro do agronegócio brasileiro; a vida pessoal do entrevistado.

Entrevista: 07/08/2012

Mario Grynszpan – Doutor Ivan, nós queríamos inicialmente que o senhor falasse um pouco das suas origens, seus pais, enfim, onde o senhor nasceu, como tudo começou.

Ivan Wedekin – Bom, eu nasci no município de Buritama, Estado de São Paulo, que fica a quinhentos quilômetros da capital, em um bairro rural chamado Roseira. Mas logo em seguida, com seis meses de idade, o meu pai se mudou para Turiúba, que é uma cidade ali próxima, e eu fiquei nessa cidade até os quinze anos de idade. Portanto, as minhas raízes, toda a minha formação humana e de mundo está lá nessa região. Têm dois ramos da minha família. Na verdade, eu sou uma mistura de uma origem alemã com baianos. Então, o meu lado paterno na quinta geração, Teodoro Wedekin veio da Alemanha e chegou a Santa Catarina no porto de São Francisco do Sul em oitocentos e cinquenta e poucos.

M.G. – Veio como colono?

I.W. – Na verdade, a primeira atividade dele foi boticário. Ele era farmacêutico e aí teve o meu bisavô Ernesto Wedekin. E esse meu bisavô em algum momento se mudou para Minas Gerais e lá nasceu, em 1900, o meu avô Vicente Wedekin e depois o meu pai, Osvaldo Wedekin. O meu pai já nasceu em 1927. Do lado da minha mãe... A minha mãe é baiana. Veio em 1936-37 de Caitité, do interior da Bahia, com o meu avô, o pai dela, Antônio Cirino dos Santos. A minha mãe era menina e vieram de caminhão até Montes Claros, em Minas Gerais, e lá ficaram esperando onze dias até ter vaga em um trem, que o governo, naquela época, patrocinava a migração. Então, veio o meu avô com os filhos, inclusive com os pais dele, portanto, os meus bisavôs e chegaram em Mirassol – próximo de São José do Rio Preto – de maneira que a minha família dos avós e seus respectivos filhos foram se encontrando ali em Buritama, Turiúba, Zacarias, Planalto e Macaubal - onde tenho muitos familiares Wedekin, Teixeiras e dos Santos – que são os meus queridos baianinhos da minha formação afetiva.

M.G. – E o seu pai tinha irmãos?

I.W. – Mais seis irmãos. São sete irmãos, três faleceram ainda pequenos. Então, era uma família grande. A da minha mãe também era uma família de sete, oito irmãos. Então, era muito gostoso, na minha infância, passar o natal na casa dos avós e o ano novo na casa dos

outros avós. Essas raízes rurais para mim foram extremamente importantes na minha formação. O meu avô materno, Antônio, tinha lá um “Fordinho” vinte e nove e eu ficava muito feliz quando ele ia à minha casa, me sequestrava. Naquela época não tinha mala, se arrumava uma trouxa de roupa e lá ia eu para o sítio passar alguns dias. E naquela época não tinha energia elétrica, não tinha nada disso. Era uma vida bastante rural.

M.G. – Em que data o senhor nasceu?

I.W. – Treze de novembro de 1953. Esse é o documento oficial. Na verdade, eu nasci no dia anterior, no dia doze, mas o meu pai estava indo a cavalo para a cidade para me registrar e choveu, ele voltou para casa e foi no dia seguinte. Aí o cartorário acabou anotando dia treze de novembro.

M.G. – E as escolas por onde...? Ah sim, o senhor tem irmãos e irmãs?

I.W. – Eu tenho dois irmãos, eu sou o mais novo, o meu irmão que é o do meio tem três filhos, a minha irmã tem duas filhas, eu tenho um casal de filhos e uma netinha que tem hoje cinco anos.

M.G. – E o senhor se casou em que ano?

I.W. – Eu me casei em 1982, depois me separei. Esses meus filhos são do primeiro casamento.

M.G. – Certo. Em que escolas o senhor estudou? O senhor se lembra dessas escolas? Enfim, isso ficou marcado na sua formação...?

I.W. – Lembro muito bem. Na minha época nós tínhamos a fase que era o grupo escolar e estudei no grupo escolar de Turiúba. Esse município só tinha até o quarto grau. A partir do quinto ao oitavo grau eu fui estudar em Buritama e na maioria dos dias nós íamos de caminhão, uma estrada de quinze quilômetros de terra. E de vez em quando, em alguns períodos do ano, eu ficava lá de segunda à sexta na casa dos meus avós paternos que moravam em Buritama. No colegial tivemos que mudar novamente de cidade. Aí eu estudei um pedaço em Birigui, Monte Aprazível e terminei o colégio em São José do Rio Preto – aí o meu pai já havia se mudado para São José do Rio Preto. Então eu completei lá o colégio e

junto com o terceiro colegial eu já fiz o cursinho e entrei em Piracicaba na Esalq¹, na Universidade de São Paulo, e fui para Piracicaba fazer Agronomia com dezessete anos de idade.

M.G. – Em que ano foi que o senhor entrou na Esalq?

I.W. – Em 1971.

M.G. – Qual era mesmo a profissão do seu pai?

I.W. – Toda a minha descendência vem da roça, da produção. O meu avô produzia muito algodão, café, gado. Toda origem da minha família era uma origem de produtores agrícolas. Logo após o meu nascimento, o meu pai se mudou para Turiúba e lá ele vendeu um pouco de gado que tinha e a safra e comprou uma padaria. Ficou por um pouco tempo nisso e aí ele foi para o comércio. Então nós tínhamos em Turiúba a maior loja de secos e molhados. Isso era em 1954. As lojas de secos e molhados vendiam açúcar, feijão, café, corda, fumo, chapéus, enxada, tecidos Nova América que vinham do Rio de Janeiro. Era um mini supermercado. Claro que naquele momento mais de sessenta por cento dos brasileiros viviam na zona rural. Assim, nós tínhamos um grande movimento de sábado e domingo quando o pessoal do campo ia fazer compra na pequena cidade.

M.G. – E da sua vida universidade, o que o senhor lembra: professores que marcaram, interesses mais específicos que o senhor tinha na universidade?

I.W. – Olha, tive professores, assim, muito bons, não é? E chegar na universidade com dezessete anos de idade, eu creio que a dimensão mais importante é da segunda geração de amigos que você faz na vida. A primeira geração de amigos meus está lá na minha turma de Turiúba, do colégio, e a segunda safra de grandes amigos que perduram nesses quarenta anos foi na Esalq em Piracicaba. Alguns mestres: professor Aristeu², que era praticamente um mito, era aquele que dava cinco horas seguidas. Dava aula de pecuária de corte com grande prazer. Chegou a ser diretor da Esalq. Eu diria que foi uma referência de professor. Eu sei que eu faço uma injustiça com muitos excelentes professores: Moacyr Corsi, Vidal³, Nakano⁴.

¹ Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP).

² Prof. Aristeu Mendes Peixoto.

³ Prof. Vidal Pedroso de Faria.

⁴ Prof. Octávio Nakano.

Enfim, tem toda uma geração de grandes mestres que fizeram minha formação. As minhas escolhas na época, para um garoto muito jovem, foram de fazer um currículo diversificado. Eu me formei em 1974. Estávamos na fase da revolução dos insumos agrícolas no Brasil, período de alavancagem de grande fornecimento de crédito rural. Então foi em um momento de grande transformação, de modernização da agricultura e foi um momento, portanto, de muita procura por profissionais. Então as empresas de insumo agrícola, os bancos e a própria Fundação Getulio Vargas (FGV) iam às escolas de agronomia contratar profissionais. Nesse momento havia acabado de se constituir a Embrapa⁵, creio que em 1973. A Embrapa estava contratando também um grande número de profissionais para fazerem mestrado, pós-graduação.

M.G. – E colegas seus daquela época, enfim, que tiveram uma visibilidade depois, o senhor poderia citar alguns nomes, o senhor lembra quem...?

I.W. – Bom, temos o Francisco Graziano, Xico Graziano, que é meu colega de turma, teve uma carreira muito ligada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, foi do Incra⁶, foi secretário de agricultura de São Paulo. Então tem aí um conjunto. O Petrônio que sempre esteve envolvido na área de mecanização. Otávio Bauer... Tem muitos amigos que estão na Secretária da Agricultura, outros que são grandes produtores, pecuaristas que se espalharam aí pelo Brasil afora. A cada cinco anos a gente se reúne para celebrar.

M.G. – E na universidade, o senhor tinha alguma participação política?

I.W. – Eu trabalhei um pouco no Centro Acadêmico. Naquela época você tinha um envolvimento grande nos centros acadêmicos, nos grupos de discussão, mas nunca tive nenhuma pretensão política, nunca me candidatei a cargo nenhum, mas estava sempre lá no centro acadêmico participando na representação junto à escola. Enfim, acho que essa foi uma fase importante, não é?

M.G. – Então vamos lá: o senhor se forma em final de 1974, não é isso?

I.W. – Isso.

M.G. – E aí o senhor vai fazer o que depois? Como foi depois da universidade?

⁵ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

I.W. – Bom, eu trabalhei dois meses em crédito rural no Banco Bandeirantes e nesse período fui para o Rio de Janeiro, para a Fundação Getúlio Vargas, que havia sido contratada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), para fazer levantamentos de custo de produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool no Brasil.

M.G. – O senhor foi trabalhar no Ibre⁷ então?

I.W. – No Ibre que chamava convênio Ibre-IAA, que era para fazer os levantamentos para subsidiar a política de preços. Naquela época todos os preços eram controlados e definidos pelo governo. Fiquei nisso dois anos e meio... O grupo visitava todas as regiões produtoras de cana no Brasil. Eu particularmente fiquei em São Paulo e Minas Gerais, mas outros colegas foram para o Nordeste. E em julho de 1977 eu fui para o Grupo de Informação Agrícola (GIA), que criou a revista *Agroanalysis*, que até hoje é editada pela Fundação Getúlio Vargas. O Grupo de Informação Agrícola era coordenado pelo economista Paulo Rabello de Castro e através do GIA, como a gente chamava, e da *Agroanalysis* houve uma verdadeira revolução na economia agrícola, no estudo dos mercados agrícolas. Temos, assim, um ponto clássico de um estudo publicado pela *Agroanalysis* em maio de 1977 sobre o ciclo da pecuária. Esse foi um dos trabalhos que mais teve impacto à época. Então, praticamente fiquei quatro anos trabalhando no Grupo de Informação Agrícola cobrindo mercado de milho, aves e suínos lá no início. Na época não tinha computador. Todos os gráficos eram feitos com calculadora, papel milimetrado para desenhar o gráfico, papel vegetal para colar o gráfico e para imprimir na revista. Fomos bem dinossauros na economia agrícola.

Ana Bichoffe – É nesse período que o senhor faz pós-graduação?

I.W. – Isso. E aí por conta do meu amigo Tito Ryff, que nesse momento era o coordenador do GIA, eu trabalhava e parte do tempo, fui fazer esse curso no centro de pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola. Interessante...

M.G. – Qual foi o ano que você entrou no CPDE⁸?

I.W. – Em 78 e 79. O interessante é que o curso de Teoria Econômica era baseado nos sete volumes de *O Capital* do Karl Marx.

⁷ Instituto Brasileiro de Economia.

⁸ Centro de Pesquisas em Direito e Economia (CPDE).

M.G. – Pois é, bem de esquerda o CPDE, não é?

I.W. – Pois é, mas eu convivia, eu lia *O Capital* e falava assim: “Esse negócio não vai funcionar, porque o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho nela contida, não é? Hoje nós temos cada vez menos mão de obra nos produtos”. É fácil concluir isso hoje. Tinha o valor de uso, o valor de troca e eu que vinha lá da roça falava “Esse negócio não vai dar certo” muito antes de cair o muro de Berlim. Mas os cursos de metodologia científica... Essas leituras científicas te fazem pensar, abrem o escopo mental da gente. Eu tenho até um carinho, os livros estão lá na minha estante.

M.G. – Com quem o senhor teve aula lá nessa época?

I.W. – Com Roberto Moreira que era o curso de Economia, Yoshiaki Nakano que depois veio ser amigo meu da FGV (ele foi diretor de crédito rural do Banespa⁹), ele dava curso para a gente de TDA, Teoria do Desenvolvimento Agrícola, o Ivan Ribeiro...

M.G. – Quer era do Partido Comunista... [riso]

I.W. – É, inclusive faleceu em um acidente aéreo. Ana Célia Castro. Eu fiz o curso, me mudei para São Paulo, não conclui o curso, não fiz a tese...

M.G. – [INAUDÍVEL] o senhor entrou para o mestrado, não foi isso?

I.W. – Isso. Ficou uma rica experiência aí. A vida foi me tocando para outros lados.

M.G. – Então o senhor veio para São Paulo em que ano?

I.W. – Metade de 1981, para trabalhar na Sociedade Rural Brasileira que eu já havia conhecido nessa época da Agroanalysis. Então, eu diria que na minha formação eu fui sempre uma pessoa de mais ouvir do que falar. Então, todo o meu aprendizado foi muito de ouvir e eu devo esse meu aprendizado a algumas pessoas: ao Paulo Rabello de Castro, foi com quem eu fiz PhD em Economia, pela extrema qualificação dele. Trabalhamos juntos até hoje. Portanto, quase quarenta anos de trabalho conjunto. Quando cheguei a São Paulo o Renato Ticoulat e o Flávio Telles de Menezes, duas lideranças. O Renato Ticoulat com uma formação histórica muito rica, o Flávio Menezes um advogado pecuarista e um racional por

⁹ Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

excelência, super inteligente. Com o Flávio eu discuti muito sobre economia, sobre o ciclo da pecuária. Depois disso, em início de 1984, eu fui para a Agroceres e na Agroceres eu fiquei doze anos, seis anos como assessor econômico do Ney Bittencourt de Araújo, que era o presidente da Agroceres. Eu diria que o Ney é a Estrela Dalva do agribusiness no Brasil. A Estrela Dalva é a primeira que nasce e o Ney foi a primeira pessoa que no Brasil falou sobre o conceito de agribusiness que ele aprendeu indo aos seminários da Universidade de Harvard. Então o Ney foi, digamos assim, o empresário intelectual que possibilitou que o conceito de agribusiness no Brasil não viesse da universidade, ele veio de uma empresa e depois da empresa ele foi para a universidade. Então, nós lançamos com autoria do Ney, do Pinazza e outros amigos do Agroceres, o Tejon¹⁰, o Coriolano¹¹, o Elisio Contini da Embrapa, o Eduardo Nunes que depois veio a ser o presidente do IBGE, nós lançamos esse primeiro livro de agribusiness no Brasil no final de 1989¹². Eu creio que no ano seguinte foi criado o Pensa que é o “Programa de estudos dos negócios do sistema agroindustrial”, coordenado pelo Decio Zylbersztajn. Decio e eu fomos pela primeira vez juntos a um seminário de agribusiness em Harvard em 1987. Então, desse contato com o professor Ray Goldberg nós ali, enquanto trabalhávamos na empresa, fomos trabalhando nessa questão dos conceitos, garimpando os números. Mas na verdade, o Ney Bittencourt de Araújo foi, digamos assim, o grande mecenas do agronegócio no Brasil e parceiro da hora de todos os momentos. Outro nome que eu quero registrar - Roberto Rodrigues, que teve toda uma trajetória super interessante no cooperativismo, mas abraçou a questão do agronegócio. Foi uma pessoa que abriu espaços importantes para minha vida profissional. O Roberto era o presidente da Abag¹³ em 2002. Em 2002, nós organizamos o Primeiro Congresso Brasileiro de Agribusiness com o Paulo Rabello de Castro. Eu fui o coordenador técnico de todos os estudos técnicos daquele evento. Nós fizemos um planejamento estratégico para o agronegócio brasileiro no período 2002-2010. E teve a eleição, foi eleito o presidente Lula. O Roberto foi convidado para ser ministro da agricultura. Aí o Roberto disse para mim: “Olha Ivan, agora nós temos que ir para Brasília implantar o que planejamos”. Aí eu fui para Brasília no dia primeiro de janeiro de 2003 para assumir a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

¹⁰ José Luiz Tejon.

¹¹ Coriolano Xavier.

¹² ARAÚJO, Ney B.; WEDDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz A. *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro*. São Paulo: Editora Agroceres, 1990. 238 pag.

¹³ Associação Brasileira de Agronegócio (Abag).

M.G. – Deixa-me voltar lá atrás, doutor Ivan. O senhor disse que o pessoal do grupo de análises da Fundação Getulio Vargas, liderado pelo Paulo Rabello, produziu uma mudança na análise econômica da agricultura. O que foi a novidade produzida pelo grupo? O que tinha de novo em relação ao que se fazia antes em termos de análise da agricultura?

I.W. – Digamos, havia muita pesquisa acadêmica feita nas universidades, não é? Nós tínhamos aqui em São Paulo o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura que produzia as estatísticas, as análises em uma periodicidade mensal. Tinha o prognóstico agrícola anual. O que o Paulo trouxe foi à efervescência do período que ele viveu em Chicago... Tínhamos o acompanhamento diário dos mercados, tínhamos um boletim quinzenal. Então, o que hoje é rotina e as agências cospem notícias a toda hora, naquela época a produção sistemática, toda quinzena, de uma análise de mercado dos produtos, uma análise mais estrutural da agricultura, foi, digamos assim, o ponto transformador. E depois nós tivemos a criação das diversas agências de notícias que estão aí até hoje no mercado: Safras e Mercados, CMA¹⁴, os boletins. Tudo isso, digamos assim, teve como ponto de partida esse trabalho original do Grupo de Informação Agrícola que na origem, quando o professor Julian Chacel criou o Grupo de Informação Agrícola, quem mantinha esse grupo era o Banco Central para mostrar a importância da geração de estudos e análises sobre a conjuntura e a estrutura dos mercados agropecuários.

M.G. – Mas uma boa parte dos recursos vinha do IAA também, não vinha?

I.W. – Do IAA foi antes para produzir estudos de custo de produção de cana-de-açúcar [inaudível]. Esse projeto foi grande, mas depois ele foi descontinuado, mas, digamos assim, o Grupo de Informação Agrícola teve aí uma motivação inicial do Banco Central.

M.G. – Certo. Deixa-me lhe pergunta uma coisa: o senhor sabe quando o Ney Bittencourt de Araújo vai pela primeira vez ao seminário de Harvard, de agribusiness? Foi na década de 1970 ainda?

I.W. – Provavelmente foi nos anos 1970, porque eu fui pela primeira vez em 87...

M.G. – O senhor foi pela Agrocerec?

¹⁴ Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A (CMA).

I.W. – Fui pela Agrocerec. Eu fui a três eventos em Harvard pela Agrocerec. E aproveitava para visitar a agricultura dos Estados Unidos, a própria USDA¹⁵ aqui do Brasil, a própria embaixada norte-americana facilitava as visitas. Fui à Bolsa de Chicago. O Ney tinha um investimento, digamos assim, um conjunto de pessoas que passaram pela Agrocerec, o Tejon na comunicação, o Coriolano na comunicação, o próprio Decio Zylbersztajn da USP trabalhou na Agrocerec inclusive comigo na assessoria econômica, depois em uma empresa de biotecnologia, o Pinazza que continua como editor da Agrocerec. Então o Ney deu um guarda-chuva para um grupo de profissionais extremamente importantes. E nós sempre tivemos uma preocupação de apoio à classe. O Ney foi o primeiro presidente da Abag, cuja ideia de criação nasceu em um final de semana na fazenda do Roberto Rodrigues, em Guariba, no interior de São Paulo. O Ney me colocou, por exemplo, a disposição da Frente Ampla da Agricultura, quando se estava discutindo a Constituinte, a Constituição atual brasileira. Eu diria que eu se for resumir... Se fiz alguma contribuição importante, a maioria dessas contribuições foram feitas trabalhando para organizações, para entidades... Vamos dizer, as melhores coisas que fiz na minha vida, na minha leitura, para a sociedade brasileira foram de graça ou ganhando muito pouco.

M.G. – E como foi a ideia do livro *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro*? Como foi a ideia de fazer o livro, como isso surgiu?

I.W. – Conversei com o Decio, fomos à Harvard, trouxemos lá uns quinze estudos de caso, visitamos o professor Ray Goldberg no escritório dele.

M.G. – Com o Davis vocês chegaram a ter algum contato ou não?

I.W. – Sim. Tanto que no primeiro... O John Davis não, só com o professor Ray Goldberg.

M.G. – Porque ele já tinha se afastado já nessa época, não é?

I.W. – Já tinha se afastado. Tanto é que no lançamento desse livro... Depois você coloca a imagem dele aí. No lançamento desse livro, o professor Ray Goldberg veio ao Brasil. A Agrocerec organizou um evento em um hotel para quinhentas pessoas em São Paulo. No dia seguinte ele foi à USP, fez uma palestra no Instituto de Estudos Avançados (IEA). E aí se deu, então, o guarda-chuva para a criação do Pensa, o programa de agronegócio da USP.

¹⁵ *United States Department of Agriculture (USDA)*.

M.G. – Então o senhor estava falando da ideia de fazer o livro. Como foi o processo, enfim, de coleta dos dados, de convencimento de que o complexo agroindustrial brasileiro era o agribusiness brasileiro?

I.W. – Com essa grande motivação que esse número de pessoas tinha, de ir a Harvard, de conviver. Então nós fomos... Eu era o assessor de estudos econômicos da Agroceres. Então: “Pinazza, vamos fazer um livro de agribusiness no Brasil”. “Elísio Contini, você topa fazer análise das contas nacionais com o Eduardo Nunes do IBGE¹⁶?”. Então, eu me lembro de pegar o censo industrial, o censo agropecuário, ficar dias e noites fazendo contas até organizar o livro na mesma estrutura, digamos assim, que o professor Goldberg criou lá no final dos anos 1950. Só que nós incorporamos... O Goldberg dizia que o agribusiness tinha três setores, três agregados: antes da agricultura, agropecuária propriamente dita e o processamento e distribuição como terceiro agregado. E hoje nós podemos dizer que podemos separar processamento e distribuição que está na ponta, próxima do consumidor, como um elemento cada vez mais importante, onde está muito da formação do valor. Então, esse livro foi uma ação, digamos assim, entre amigos, de pessoas interessadas, que reunimos ali o melhor de informação que a gente tinha. O Paulo Rabello dizia: “Olha, você tem que espremer os dados até eles confessarem”. Então foi isso que acabou resultando. E essa motivação que veio em seguida - acho que é um benefício não escrito – que a partir do livro, a partir do programa da USP, a disciplina de estudar agronegócio se espalhou em todos os centros de pesquisa de agricultura no Brasil: faculdade de Agronomia, faculdade de Economia. Viemos a criar aqui, eu fui coordenador junto com o professor Aidar¹⁷ do programa de MBA em Agronegócio na FGV de São Paulo. Então, acho que esse é o aspecto mais importante que essa cultura, vamos dizer assim, de agronegócio se espalhou e passamos a ter uma visão sistêmica do agronegócio como um todo e não apenas aquela visão da economia agrícola no Brasil. A economia agrícola no Brasil veio de duas universidades americanas de Purdue¹⁸ e Ohio¹⁹ que fizeram convênios com a Esalq e Viçosa²⁰, que eram as duas maiores faculdades de Agronomia. E ali começamos a estudar economia agrícola, mas

¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁷ Antônio Carlos Aidar.

¹⁸ Purdue University.

¹⁹ Ohio University.

²⁰ Universidade Federal de Viçosa (UFV).

aquela economia agrícola dentro da porteira da fazenda, e a contribuição do agronegócio é ampliar a visão.

M.G. – Certo. Deixa-me voltar um pouquinho. O senhor falou que tinha ficado à disposição da Frente Ampla da Agricultura na época da Constituinte. O doutor Roberto se refere muito à Frente Ampla como um momento inicial de organização, digamos assim, de articulação do agronegócio. Foi um momento em que agricultores, industriais começaram a se articular... Foi um momento importante para isso. O senhor se lembra desse processo? Podia falar um pouquinho para a gente como foi isso?

I.W. – Me lembro de porquê primeiro eram três grandes lideranças: o Roberto Rodrigues na OCB²¹, no cooperativismo, o Flávio Menezes na Sociedade Rural Brasileira e o Alysso Paulinelli, que foi meu paraninfo na graduação em Piracicaba, como presidente da CNA²². Então, desse grande entendimento entre esses três líderes e três grandes amigos foi possível construir, digamos assim, de baixo para cima, um posicionamento da agricultura com relação às discussões da Constituição e através desse conagraçamento de fincar alguns pilares importantes na discussão da Constituição. E depois esse esforço continuou com o Fórum Nacional da Agricultura. O Roberto sempre tem esse papel de motivar uma melhor coordenação. A própria criação da Abag, que é de 1993, portanto já nos anos 1990, é pós-Constituição. Esse trabalho da Abag de se articular sem competir com nenhuma entidade, eu acho que isso sempre vai faltar. Para defender o agronegócio brasileiro cada vez mais será necessária essa integração horizontal e vertical entre as entidades e com o governo. Porque a natureza do agronegócio hoje é de uma complexidade muito maior do que era no passado. Nós temos as questões ambientais, as questões regulatórias, as questões de concorrência internacional. Então é preciso ter muito foco, é preciso ter muita visão estratégica para ajudar o governo a conduzir o agronegócio em uma dimensão ainda mais competitiva. Falar hoje de agronegócio é muito bonito pela sua contribuição, mas nos anos 1980, nos anos 1990 foi preciso muito energia para não esmorecer. E esse é o papel do líder. Esse é o grande exemplo da Frente Ampla da agropecuária brasileira.

M.G. – Se não me engano, nos anos 1990 também começa a haver certo movimento também, pelo menos do que eu li, o Ney Bittencourt foi importante nisso, de articulação entre

²¹ Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

²² Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

empresários e universidades, enfim, investindo em pesquisa. Em São Paulo isso aconteceu. Qual foi a importância disso para o agronegócio especificamente?

I.W. – Olha, esse casamento de interesses e objetivos comuns entre a empresa e a universidade é algo que era um elemento de vibração na vida do Ney. Mas eu sinto que isso hoje ainda é muito pouco. Nós precisamos investir mais nessa integração da academia com o setor empresarial. As discussões de um assunto muito importante hoje, o Código Florestal, já tem uma integração muito grande da pesquisa, da Embrapa, da academia, de pensadores das mais diversas áreas de interesse e formação sobre a questão. Mas eu diria que isso tinha que ser uma coisa mais empresarial, vamos dizer assim, mais organizada, mais sistêmica para que a gente consiga iluminar alguns pontos que a gente precisa ter mais claro para viabilizar a expansão do agronegócio. Temos poucos estudos de marketing, por exemplo, poucas pesquisas sobre os consumidores. Precisamos ir a fundo e entender as questões dos custos das cadeias produtivas no Brasil. Tudo aquilo que Michael Porter trouxe nos seus estudos de competitividade, eu creio que essa disciplina tem que ser trabalhada mesmo. Por exemplo, lá em 2002 nós fizemos um estudo, dentro do primeiro congresso da Abag, sobre “agricluster” de carne bovina no sudoeste de Goiás. Então, a Perdigão estava se instalando com uma fábrica para produção de aves e suínos lá no sudoeste de Goiás, que é uma região de soja e milho. Estudos dessa natureza... E a Fesurv²³, que é uma universidade lá de Rio Verde, nos auxiliou nesses estudos. Como hoje, passados mais de dez anos, o agronegócio está muito espalhado, eu diria que há uma necessidade de estudos mais aprofundados sobre a competitividade das localizações. A agricultura tem um caráter muito migratório e precisamos fazer aí, digamos assim, um raio-X da competitividade do agro nessas regiões emergentes do país.

M.G. – Competitividade em termos, enfim, de uma prospecção de futuro? Como essas áreas vão se comportar?

I.W. – Como reduzir os custos do processo como um todo e aqui tem um custo de logística. Como fazer, digamos assim, o adensamento produtivo, como agregar mais valor dentro dessas regiões. Digamos assim, é fazer o que o Paraná é hoje do ponto de vista de grande produtor agrícola, mas grande produtor de derivados do processamento agrícola e pecuário.

²³ Universidade de Rio Verde.

Como transformar Mato Grosso, Tocantins, Piauí em regiões mais densas do ponto de vista de agregação de valor e mais eficientes do ponto de vista da produção e distribuição dos seus produtos. É como se fossem estágios de evolução. E eu vejo muito pouco estudo nessa dimensão.

M.G. – Às vezes, tem uma dificuldade de diálogo entre empresa e universidade que vai um pouco também das diferenças ideológicas que estão por trás. Certa resistência da universidade, principalmente da universidade pública que é quem produz pesquisa em grande parte no Brasil, quanto a ter uma relação mais próxima com os empresários. O senhor não sente um pouco isto: certa resistência, certa dificuldade muitas vezes por parte das universidades?

I.W. – Olha, isso eu creio que é muito relativo. No fundo a minha experiência é muito positiva nesse relacionamento de empresas e universidades. Eu diria que a gente tem uma agenda importante. Por exemplo, aqui na Bolsa junto com o Cepea²⁴, do departamento de Economia da Esalq, nós construímos uma indústria de indicadores de preços agropecuários que no ano que vem completa vinte anos. Então essa é uma Interação técnica e profissional. E assim com a Confederação Nacional de Agricultura, com o Senar²⁵, com o SESCOOP²⁶ é possível ter uma visão pragmática. Eu sou da frase do Millôr Fernandes: “Enquanto os sábios discutem as incertezas, os imbecis atacam de surpresa”. Então eu preciso ter uma visão prática da construção da competitividade. Diferenças vão ter, mas todos nós somos brasileiros e o Brasil está em um momento excepcional de posicionamento internacional. Nós temos um sistema financeiro que é espetacular. Nós temos uma competitividade na produção agrícola, nós estamos ganhando espaço, nós temos o maior saldo da balança comercial do mundo... Estamos hoje vivendo um choque de demanda por mercadorias agrícolas seja pelo crescimento asiático, seja pelos problemas de clima que toda hora acontece em algum canto. Então o Brasil tem um espaço de oportunidades muito grande. E aí vamos fazer duas coisas: primeiro, avançar na terceirização da agricultura, nós precisamos ampliar as fontes entre

²⁴ Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

²⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

²⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

agricultura, agronegócio financeiro e de capital... Sob a liderança do ministro Roberto Rodrigues que foi a lei que criou os títulos do agronegócio²⁷.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

I.W. – Bom, então é preciso avançar na financeirização da agricultura, ou seja, avançar na construção de pontes entre a agricultura, o agronegócio, o mercado financeiro e de capitais. Nós precisamos ter uma agricultura *investment grade*. O Brasil é *investment grade* e nós precisamos fazer com que o mercado financeiro carregue mais recursos para a agricultura, financie a agricultura, e ajude a agricultura a reduzir o seu risco, que é elevado, da natureza da produção agrícola.

M.G. – Mas em que medida a financeirização ajuda a reduzir o risco da agricultura, já que o risco vem das condições climáticas e coisas assim?

I.W. – Nós temos o risco de preço da mercadoria. Tem o risco climático que a tecnologia ajuda, a irrigação ajuda, a genética ajuda. Mas, por outro lado, nós temos o risco de preço que é a excessiva volatilidade dos preços agrícolas e uma grande companhia exportadora, uma grande agroindústria não corre risco de preço ou corre muito pouco. E o risco de preço acaba caindo no colo do agricultor. Então, as utilizações de mecanismos de mercado, dos contratos futuros, de opções de contratos a termo, de registros de contratos em bolsas são maneiras de você reduzir, vamos dizer assim, o risco econômico da agricultura. A agricultura tem um grande espaço de crescimento, para crescer ela precisa de terra, capital e trabalho. O agricultor hoje tem uma característica que ele é, no geral, dono de 100% das ações de seu negócio. Então, se ele está todo imobilizado em terras e máquinas, ele não tem recursos para alavancar o seu crescimento. Nós já temos companhias agrícolas como a SLC que planta duzentos e oitenta mil hectares de lavouras no Brasil e tem ações negociadas aqui no novo mercado da Bovespa. Então, é uma companhia que foi ao mercado captar recursos para produzir soja, milho, algodão e assim por diante. O planejamento estratégico dessa empresa é ir a 800 mil hectares de produção. No final de 2004 foi feita a Lei dos títulos do agronegócio. Temos agora em final de julho de 2012 um estoque de títulos no mercado de 44 bilhões de

²⁷ Referência à Lei Nº 11.076 de 2004, responsável pela criação dos títulos mobiliários do agronegócio.

reais. O saldo devedor da agricultura junto ao sistema nacional de crédito rural é de 142 bilhões de reais. Vamos dizer assim, o crédito oficial, o crédito dirigido controlado pelo governo é 142 bilhões e o crédito de mercado já está com 44 bilhões. Então, isso é feito através de operações de securitização de títulos que foram criados por essa Lei de 2004. Como que o agricultor pode captar mais recursos para financiar o seu crescimento? E aí eu vou falar de trezentos mil agricultores que compõem a classe A e B agropecuária brasileira. Esse é um estudo do professor Mauro Lopes da FGV. Então, a classe A e B da agricultura são cerca de 300 mil agricultores que dariam 6% dos 5 milhões e 100 mil estabelecimentos agrícolas no Brasil. Esses 300 mil agricultores têm 40% da área plantada no Brasil e eles precisam se transformar gradativamente em empresa. Podemos dizer que precisamos transformar em pessoas jurídicas essas empresas. A padaria da esquina da minha casa é uma empresa organizada que emite nota fiscal paulista e, portanto, ela faz parte do sistema econômico mais organizado. Hoje, a grande parte dos agricultores é pessoal jurídica. Então, nós precisamos criar uma arquitetura tributária...

M.G. – Pessoa física que você está falando, não é?

I.W. – São pessoas físicas. Nós precisamos criar uma facilitação, um incentivo, para que o agricultor seja uma pessoa jurídica, tenha balanço, conforme o porte dele, auditado para que esse agricultor possa fazer um casamento por puro interesse com o mercado financeiro de capitais para o crescimento da própria produção agropecuária. Temos aí um outro lado que é a produção dos pequenos agricultores, aí são outras políticas. Mas, focando nessa agricultura comercial e empresarial, nós temos que aproximá-la mais do mercado financeiro, especialmente com taxa de juro baixa, o dinheiro fica doidinho procurando alternativa de investimento e a agricultura pode ser essa alternativa de investimento, não apenas no aspecto produtivo, mas até imobiliário.

M.G. – E qual seria a solução para essa outra massa de pequenos produtores? O que seria a saída para eles?

I.W. – Olha, a classe D e E, segundo o meu amigo Mauro Lopes, 52% da renda dessas pessoas vêm de aposentadoria.

M.G. – Principalmente do pessoal que está mais embaixo, não é?

I.W. – Então, você tem aí, digamos assim, cada vez mais uma agricultura social. Nós temos o Pronaf, que é o Programa Nacional da Agricultura Familiar. Temos agora, no Ministério da Agricultura, o Pronamp²⁸, que é um programa de incentivo à classe média rural. Então, tem aí políticas sociais e econômicas do governo para os pequenos agricultores... Porque é mais barato para a sociedade deixar esses agricultores na zona rural. Nós precisamos equipar a zona rural, equipar o campo e as suas cidades de apoio com equipamentos sociais, escola, energia, telefone e etc., para que essas pessoas fiquem lá. E é preciso desenvolver essa classe média rural e que o agricultor se capacite para ter um pedaço da sua renda que não venha do campo, que venha da atividade no setor de serviço na cidade e assim por diante. Daquele agricultor da classe A e B, 90% da renda dele vem da produção. Então ele é um produtor profissional que retira a sua renda da atividade agrícola. Então, tem um misto de financeirização da agricultura, de vinculação maior com o mercado financeiro, tem uma política de ascensão econômica e social dos médios agricultores e programas econômicos e sociais para agricultura de pequeno porte.

M.G. – Uma pergunta pontual e uma outra um pouco mais ampla. O senhor falou em um determinado momento que a ideia de criação da Abag surgiu em uma reunião na casa do doutor Roberto Rodrigues, enfim, na fazenda dele. O senhor podia falar um pouquinho mais sobre isso: como foi a criação da Abag, como surgiu, da necessidade de se criar uma associação brasileira de agribusiness, na época, depois agronegócio?

I.W. – O Roberto tem o lado da liderança. De vez em quando ele faz uma reunião na fazenda dele. Eu fui à duas importantes. E reúnem lá Mauro Lopes, Guilherme Dias, o Flávio Menezes, o Veiga para discutir, sempre focar o futuro da agricultura, o futuro da agropecuária. E em uma dessas discussões nasceu a Abag, inclusive, com o Alberto Veiga - que já é falecido - e eu escrevemos o primeiro rascunho do estatuto da Abag. Aí o Ney entrou com todo o entusiasmo, foi o presidente da Abag e hoje a Abag é uma entidade consolidada. Fez agora, em 2012, o seu décimo primeiro congresso com show de conteúdo e de público. Em outra reunião dessas na fazenda do Roberto, em 2001, uma hora lá passeando no gramado e papeando com ele eu falei: “Roberto, a gente podia fazer um congresso da Abag. Vamos discutir a questão dos agriclusters” - eu estava muito entusiasmado com os estudos de Michael Porter – “vamos fazer esses estudos dos clusters”. E ele falou: “Vamos fazer a projeção.

²⁸ Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Vamos fazer o planejamento estratégico da agricultura”. E acabamos fazendo isso. A minha empresa de consultoria, RCW, foi contratada para produzir os documentos técnicos. Trabalhamos aí uns oito meses e no final sobrou no meu bolso nove mil reais. [risos] Mas foi um trabalho super importante que tanto a Abag, o Roberto e eu temos o maior orgulho de termos feito.

M.G. – E no Ministério da Agricultura, o senhor ficou quanto tempo? O senhor entrou junto com o doutor Roberto, não foi?

I.W. – Foi.

M.G. – E fica até o final da gestão dele?

I.W. – Fiquei três anos e meio. De janeiro de 2003 a julho de 2006. E eu saí do Ministério talvez uns dez dias depois que o Roberto Rodrigues pediu para sair. Então, claramente eu fui lá para trabalhar com o Roberto, servir ao Roberto, servir ao Brasil. E como eu já tinha intenção de sair. Ao final não tinha intenção de permanecer no governo. Fui lá como se fosse aquele *bang bang* italiano de antigamente: vou, mato e volto, não é? Então vou, trabalho e volto para o mercado, para o setor privado. E foi uma experiência profissional e de vida muito importante.

M.G. – Pois é, o que foi feito de importante nesse momento que o senhor destacaria, realizações dessa...?

I.W. – Da parte especificamente de política agrícola foi a aprovação em 2003 da Lei²⁹ autorizando o tesouro nacional a subsidiar, a subvencionar o prêmio do seguro rural contratado pelos agricultores para contrapor risco de clima. Essa Lei começou a ser trabalhada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, mas foi sancionada pelo presidente Lula. O Célio Porto, que era o secretário de política agrícola anterior a mim, que trabalhou muito nesse projeto com muita gente. Então, lá na Secretaria nós fizemos a regulamentação da Lei do Seguro Agrícola que foi implantado e está aí vigorando no Brasil. A segunda coisa que eu julgo importante foi a Lei dos títulos do agronegócio que é a Lei 11.076, sancionada pelo presidente Lula em trinta de dezembro de 2004. Salvou o meu ano, porque estava achando que não teríamos condição de aprovar pelo Congresso Nacional, mas aí foi tudo

²⁹ Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003 sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

feito. O terceiro ponto é um trabalho muito do ministro Roberto Rodrigues - eu estou me focando aqui nos aspectos econômicos da agricultura – foi convencer o governo que a agricultura precisa ter orçamento, precisa ter dinheiro para política agrícola, só que esse dinheiro tem que estar na hora correta. Quando nós chegamos lá na política agrícola, o orçamento para a política agrícola brasileira era de 270 milhões de reais. Hoje, esse orçamento é próximo de 5 bilhões de reais. Ou seja, o ministro Palocci, o governo Lula, entenderam que é preciso dotar a agricultura de recursos para fazer política agrícola. Embora a agricultura brasileira seja uma das menos subsidiadas do mundo, apenas 4% da receita bruta dos produtores vem de apoio do governo contra 17% dos Estados Unidos, 55% no Japão, 30% na Europa. Embora seja pouco subsidiada, a agricultura aqui e ali precisa de apoio de governo. E um aprendizado enorme que eu tive lá em Brasília... Primeiro, construí um grupo de amigos, vamos dizer assim, minha quarta geração de amigos brasileiros, super distintos, dedicados, que carregam muito a política econômica para a agricultura no Ministério da Agricultura, na Fazenda, no planejamento, na Casa Civil, no Banco Central. Quer dizer, tem um grupo de pessoas que se dedicam profundamente na Conab a temos uma melhor política agrícola no Brasil. Só que nem tudo ocorre na velocidade. Claro que tem uma frustração, especialmente do ministro Roberto Rodrigues, que “pegou no colo” o problema da febre aftosa. Quando chegamos a Brasília, o dólar estava três reais e quarenta e foi derretendo para dois e trinta, secas... Então, nós, infelizmente, tivemos que lidar com a crise mais do que aquelas soluções estratégicas que muitas delas precisam ser novamente trabalhadas pelo governo e pelo setor privado.

M.G. – É da época do doutor Roberto também no Ministério, se não me engano, que há um investimento forte do governo brasileiro também em relação à África, por exemplo. Foi o governo Lula, se não me engano, que mais abriu representações diplomáticas na África. Acho que a ideia dos adidos agrícolas também vem da época do doutor Roberto. Se não me engano houve um trabalho da parte do Ministério na gestão do doutor Roberto no sentido de um convencimento também do Ministério das Relações Exteriores quanto à importância da agricultura. O senhor lembra um pouco disso?

I.W. – Isso vai muito desta posição do presidente Lula que é apoiar as economias mais pobres e que podem, por exemplo, absorver uma parte das tecnologias geradas no Brasil. O Brasil é o suprasumo em tecnologias de Cerrado feitas pelo setor privado, pela Embrapa, pela

indústria de genética, de máquinas. Então nós estamos no estado da arte dessa tecnologia nas Savanas e no Cerrado e isso pode se aplicar para a África. Só voltando a esse LC³⁰, da meta de expansão de área para até 800 mil hectares, eles estão imaginando fazer agricultura de 200 mil hectares em Moçambique. Então, isso significa que os métodos, os processos, as tecnologias podem ser replicadas em alguma parte da África. Alguns países africanos estão com muitos investimentos de chineses. Isso chama a atenção do Brasil por outro lado: “Olha, para você ser competitivo, mas você tem que resolver os seus gargalos”. Então, nesse sentido esse caráter mundial do ministro Roberto Rodrigues e do presidente Lula acabam induzindo também que o Brasil finque pés em outros continentes através, inclusive, dos adidos agrícolas, a defesa comercial, e estejamos cada vez mais sintonizados em abrir mercados para o Brasil no exterior.

M.G. – A Embrapa está muito presente também na África hoje. E, além disso, há empresários brasileiros investindo lá. Não existe isso hoje?

I.W. – Exatamente. E o mais importante é que o mundo está vindo conhecer o Brasil. Tivemos recentemente aqui, na própria Bolsa, delegações de Camarões querendo entender como funciona os mercados futuros no Brasil, como funcionam os mercados físicos no Brasil. Toda hora nós estamos recebendo chineses, delegações, investidores estrangeiros querendo participar desse crescimento do agronegócio brasileiro. E o Brasil precisa fazer o seu trabalho, especialmente investimento em infraestrutura. A principal praga da agricultura é a carência de infraestrutura.

M.G. – Acho que da economia em geral. Um dos problemas da economia brasileira no geral é...

I.W. – É. Só que muitas vezes, em determinados setores da economia... Por exemplo, hoje, mais de 70% do PIB³¹ vem da área de serviços. Então, a área de serviços é mais urbana. A indústria está mais localizada. Mas na agricultura é onde o frete come mais a renda do setor produtivo pelas distâncias continentais do Brasil, pelo valor unitário do produto agrícola: em uma tonelada de milho, tem mais frete do que em uma tonelada de computador. Por isso que

³⁰ Lei Complementar (LC).

³¹ Produto Interno Bruto (PIB).

eu ressalto que o Brasil precisa acelerar os seus investimentos nessa infraestrutura que servindo para a agricultura, vai servir para a economia brasileira como um todo.

M.G. – Só voltar mais um pouquinho. O senhor sai do Ministério da Agricultura e vai fazer o quê? O que é a vida pós-Ministério?

I.W. – Bom, fui passear um pouquinho, porque ninguém é ferro. [Risos] Tirei um mês de férias [inaudível] e em seguida vim trabalhar aqui na antiga BM&F³². Isso foi em agosto de 2006. Então, tem hoje praticamente seis anos que eu estou aqui na bolsa, com o objetivo de expandir os mercados futuros no Brasil e esse é um lado, digamos assim, daquela atividade essencial para a agricultura que é oferecer ferramentas para que o agricultor corra menos risco de preços – o agricultor e todo mundo das cadeias produtivas do agronegócio. Então, esse é o desafio. Estou atualmente como diretor de *commodities* da BM&F-Bovespa e diretor geral da Bolsa Brasileira de Mercadorias, que é uma bolsa fundada há dez anos por sete bolsas regionais de mercadorias que se juntaram com a antiga BMF para criar a Bolsa Brasileira de Mercadorias que está focada em ferramentas e serviços para o mercado físico do agronegócio, para melhorar a eficiência da comercialização física e a Bolsa Brasileira de Mercadorias é o principal braço do Ministério da Agricultura, do governo brasileiro, na implementação da política agrícola brasileira. Então, os leilões de prêmios, os leilões de produtos, todos os instrumentos de política agrícola são executados pelo Ministério da Agricultura através de bolsas de mercadorias e a Bolsa Brasileira de Mercadorias representa cinquenta por cento das operações na política de garantia de preços mínimos do Governo Federal.

M.G. – Só fazer uma pergunta: tem uma tal complexificação hoje do que é agricultura brasileira que inclui nessa dimensão financeira, o agricultor está habilitado a jogar nesse mercado ou ele precisa da ajuda de assessores, enfim, de intermediadores que vão orientar a ação do agricultor? É o próprio agricultor que atua nessa dimensão mais financeira ou a gente tem entrada? Enfim, a relação com a agricultura de uma série de atores que, antes não tinham relação, não circulavam nesse universo...

I.W. – Esse teu ponto é muito importante, porque no princípio, lá no meu emocional das gerações atrás de mim, todos éramos agrícolas, viemos da agricultura. A segunda onda da

³² Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

agricultura foi o processamento, o casamento da agricultura com a indústria. O que você está colocando agora é o casamento da agricultura com o setor de serviços, não é? Então, quando você vai a uma feira agrícola, em um agrishow, em um show rural, Coopavel³³, eu que sou agrônomo fico espantado com o tanto de tecnologia que tem naquelas máquinas, equipamentos. Tem muita tecnologia mecânica, mas também tem tecnologia de serviços, de GPS, da agricultura de precisão. Então, eu diria que os agricultores estão cada vez mais habilitados a fazer a gestão dentro da propriedade rural. Houve aí, e temos que desconfiar disso, que a agricultura é muito competitiva dentro da porteira da fazenda. Tem aí uma boa vontade, um autoelogio, mas ainda há muitas ineficiências nesse processo produtivo e para você ser eficiente em agricultura, você tem que baixar custo. Então, o agricultor brasileiro, o agricultor mais profissionalizado tem que cada vez mais melhorar o seu processo produtivo e o Brasil tem revoluções como o próprio plantio direto que é uma tecnologia de sucesso mundial. Então, fazer melhor dentro da porteira da fazenda. O que o agricultor precisa avançar é na comercialização, ou seja, ele precisa melhorar a sua análise econômico-financeira, olhar os riscos, travar preços, fazer melhor os seus contratos é ganhar mais capacidade de processamento comercial, vamos dizer assim, de tecnologia e para isso ele vai precisar de assessoria, de bancos, de consultores, de prestadores de serviço, de agências de informação. O agricultor tem que estar tão plugado como a juventude hoje está conectada na internet. Então, esse mundo dos serviços, dessa profissionalização, desse casamento da agricultura com a indústria de serviços é uma demanda e uma pressão competitiva que os nossos agricultores vão ter de ficar, não apenas antenados no que está acontecendo no mundo agro, mas se utilizar de ferramentas para o processo de tomada de decisão. Quer dizer, é uma agricultura empresarial que ele tem que controlar o universo da produção dele, controlar a comercialização dele e fazer uma gestão do capital empregado – terras, máquinas, equipamentos, estrutura – e gerenciar isso: “Essa minha atividade tem que ser mais rentável do que um CDB³⁴ do Banco”. Quer dizer, o agricultor tem que, afora o laço emotivo que ele tem com a terra, olhar a agricultura como um negócio e isso exige aí todo um esforço de capacitação, como eu disse, do Senar, do SESCOOP, da contratação de consultorias, da integração com as universidades, de termos profissionais cada vez mais preparados para esse mundo que se financeiriza rapidamente.

³³ Cooperativa Agroindustrial com sede em Cascavel no Paraná (Coopavel).

³⁴ Certificado de Depósito Bancário (CDB).

M.G. – Parece que está em curso um certo processo de mudança, inclusive mental, digamos assim, nessa relação mesmo do agricultor, do proprietário com a terra. Quer dizer, a terra passa a ser vista não mais a partir daquela visão do vínculo afetivo do agricultor com a terra, do fato da terra representar toda uma tradição familiar, mas cada vez mais como um negócio efetivamente, um negócio que vai ser tocado enquanto rende e um negócio que também pode ser deixado de lado a partir do momento que ele não é mais rentável, que não é mais lucrativo. O senhor acha que essa mudança de mentalidade vem acontecendo?

I.W. – Ela acontece e o que pelo menos se espera é que a velocidade dessa profissionalização, desse aspecto de empreendedorismo, dessa cultura administrativa, financeira será uma pré-condição para o sucesso no futuro. Não podemos relaxar porque hoje os preços das *commodities* estão altos no mercado internacional, esses preços estão em um patamar, nesses últimos cinco e seis anos, que a gente nunca viu preços tão altos por tão longo espaço de tempo. Então, a gente sabe que o mundo agrícola é cheio de riscos. Então essa profissionalização eu diria que vai ser facilitada também por uma nova geração de agricultores brasileiros. Os agricultores brasileiros estão envelhecendo, mas eles são muito mais jovens do que os agricultores americanos e europeus. Então, essa juventude agro-brasileira é certamente um elemento de competitividade. E a partir do momento que o negócio vai bem, ele passa a atrair talentos. Então, isso abre espaços para profissionais nessa prestação de serviços aos produtores. E temos aí um trabalho importantíssimo das empresas de insumos agrícolas, de fertilizantes, de defensivos, de sementes que estão levando o melhor da tecnologia e assessorando o agricultor na produção. Agora nós precisamos ter aí uma frente de assessorias para melhorar a comercialização e reduzir o risco de preço na agricultura.

M.G. – Essa afirmação do senhor de que é preciso ampliar a financeirização da agricultura, eu já ouvi outras pessoas dizendo que uma das pragas da agricultura é justamente o peso que o setor financeiro hoje exerce sobre a agricultura – no sentido de que as decisões hoje escapam da agricultura e cada vez mais são decisões que vem do próprio setor financeiro. Ele vem exercendo quase uma dominação... Dominação não no sentido mais negativo, digamos assim, mas tem exercido um peso sobre a agricultura hoje que algumas pessoas veem como algo ruim, algo negativo. Não sei se o senhor já se deparou com esse tipo de argumento, já ouviu isso?

I.W. – Olha, eu prefiro olhar o mundo com os óculos, a meu ver, adequados, vamos dizer assim. Hoje, o mundo, a sociedade é de serviços. Os mercados financeiros são muito mais dinâmicos do que a produção de bens e serviços. Então, essa inter-relação entre o mercado de *commodities*, o mercado de ações, o mercado de taxa de juro, o mercado de câmbio no Brasil e no mundo... A cotação do dólar aqui no Brasil está conectada com o dólar contra o euro, contra o iene, contra a moeda da china. Então, esse mundo é muito mais complexo. A agricultura tem uma característica de ser tomadora de preço. Temos cinco milhões de agricultores no Brasil e cada agricultor e nem um deles tem comando sobre o preço da mercadoria. O preço é ditado pelas regras de oferta e demanda do mercado físico e o mercado financeiro está englobando esses aspectos do mercado. Eu diria que, primeiro: sempre, desde a sua origem, a agricultura é tomadora de preço. O preço não é feito na fazenda. O preço é feito fora da fazenda. Por que os agricultores têm fama de chorar no mundo inteiro? É por conta desta característica: o agricultor não comanda o preço dele e não comandará. Têm maneiras de atenuar isso sim: da organização de grupos, da mobilização através de cooperativas, de você aumentar o seu poder de venda, aumentar o seu poder de compra de insumos. Também não dá para ficar parado, se a realidade do mercado é essa, você tem que se organizar melhor para ter vantagens na compra de insumo ou na venda de mercadorias. Por outro lado, o mercado financeiro é essencial para o agricultor se financiar, porque a vida inteira o agricultor ficou dependendo do crédito rural oficial, que representa quarenta por cento do que a agricultura precisa de capital de giro, sessenta por cento vem do mercado – de quem vende para o agricultor ou quem compra do agricultor – ou de recursos próprios do agricultor. Então, se o agricultor está bem conectado, está bem na foto com o mercado financeiro, ele vai ter condições de crescer, de se financiar e se esse período de baixa de taxa de juros no Brasil se perpetuar, se ficar pelo menos uma década a mais as oportunidades de investimento na agropecuária serão muito grande. E essa oportunidade alguém vai financiar. Por isso que o agricultor precisa, pelo menos de um determinado nível de porte, estar bem vestido, estar bem apresentado do ponto de vista de seus números, da transparência, das suas informações para que ele possa financiar. E aí depois o agricultor vai ganhar dinheiro e vai aplicar no quê? Também pode aplicar no mercado financeiro. Pode fazer um investimento imobiliário ou em ações na bolsa, não é? O agricultor também tem que entender que ele tem um casamento com a agricultura e que não vai se separar muito da agricultura. Dizem que até que é bom diversificar, não é?

M.G. – A própria ideia do que é agricultor... Quer dizer, se a gente pensa, por exemplo, nessas empresas que vem abrindo capital, o senhor falou “o novo mercado”... Para participar do novo mercado é preciso se adequar a determinadas exigências que dizem respeito à governança, enfim, profissionalização dos conselhos de administração, o que significa que, em alguns casos, as famílias mais tradicionais também vão saindo da gestão desses negócios. Então, a própria ideia do agricultor hoje é um pouco diferente do que foi há algum tempo. A gente tem hoje, na gestão desses conselhos, muitas vezes, pessoas que nunca tiveram uma relação direta com a agricultura.

I.W. – As mudanças no Brasil nesses últimos quinze anos são espetaculares. Por exemplo, quando vinte anos atrás lançamos lá o primeiro livro de agribusiness no Brasil, o departamento de agricultura dos Estados Unidos chamava de *super farmer*, ou seja, de grande produtor o agricultor que faturasse acima de quinhentos mil dólares por ano. Hoje, aqui no Brasil, nós temos agricultores que faturam duzentos, trezentos, um bilhão de dólares por ano. Então, nós temos, talvez, pelo menos, uns vinte investidores, fundos de investimentos capitalistas que compraram terras e produzem, estão usando isso como produção. Então, a agricultura mudou e isso não é de vinte anos atrás, é um processo recente. E essa agricultura que já nasceu, digamos assim, financeira tem que estar vestida de modo adequado para que ganhe cada vez mais escala de produção. Então, o agricultor hoje tem uma vida de investimento. Estava recentemente com os agricultores holandeses da Batavo. E estava uma pessoa fazendo uma palestra: “Olha, você tem que se preparar para deixar um patrimônio para a próxima geração. Ou seja, para que daqui vinte e cinco anos os seus filhos tenham uma atividade agrícola da qual possam viver. Para isso você tem que fazer integração lavoura-pecuária, você tem que incorporar mais tecnologia”. Isso era um holandês falando para outro agricultor holandês no Estado do Paraná. Aí, eu poderia comentar o seguinte: se esses agricultores têm essa capacidade gerencial de fazer agricultura de altíssima tecnologia, essa capacidade pode ser emprestada para outros investidores. Então, não seria um investimento sistêmico, dia a dia, ano a ano, para chegar a um tamanho maior daqui a vinte e cinco anos. Se esses produtores têm todo esse conhecimento, esse conhecimento pode ser alavancado, multiplicado por cinco em outra área produtiva e aí fazendo aquela agricultura de alta tecnologia, incorporando mais renda, mas capital e crescendo mais rápido do que eles fariam

em uma geração. É esse o patrimônio que a agricultura tem ao ter construído aí uma classe, um segmento de agricultores extremamente profissionais.

M.G. – Deixa eu lhe fazer uma pergunta: o senhor acredita que o agronegócio tem espaço para crescer muito mais? Enfim, como o senhor vê o futuro disso? Algumas pessoas, por exemplo, falam que a economia brasileira ser muito fundada na exportação de *commodities* é um problema. Como o senhor vê o futuro do agronegócio na economia brasileira de maneira geral, o espaço que isso ainda tem daqui para frente?

I.W. – Esse debate é, na minha visão, um pouco fora de contexto. Regra número um: por essa eficiência do agronegócio e descontada as crises de abastecimento, seca no mundo que sempre acontece na agricultura, descontado tudo isso, cada vez mais a população gasta menos dinheiro com comida e roupa, com os produtos básicos do agronegócio. Então, olhando a fotografia dos últimos vinte anos, o povo gasta cada vez menos dinheiro com alimentação, com os produtos do agronegócio. E com isso sobra renda para as pessoas gastarem em outras coisas: televisores, máquinas, equipamentos, Ipad, computadores, celulares, viagem e por aí afora. Então, isso só é possível pela eficiência do agronegócio. Então, o agronegócio vai continuar sendo, digamos assim, um elemento de menor gasto das pessoas com os seus produtos. Para isso tem que incorporar tecnologia e ganhar escala de produção. Segundo, o agronegócio brasileiro é tão especular, ele é competitivo que a hora que esse país tiver infraestrutura, essa competitividade será ainda maior, permitindo uma baixa adicional no preço da cesta básica dos alimentos para os brasileiros e terá ainda mais condições de gerar saldos na balança comercial. O agronegócio, em 2000, tinha um saldo na balança comercial de quinze bilhões de dólares, e está chegando a oitenta bilhões de dólares o saldo na balança comercial. Então ele é um elemento de estabilidade, de sucesso da economia brasileira. Agora, o setor industrial propriamente dito, não o agronegócio, precisa fazer o seu esforço competitivo que o agronegócio fez. Claro que nós temos distorções, custo Brasil, tributação. Então, precisamos resolver esses problemas estruturais para que o Brasil tenha uma indústria eficiente. Não é transformar em ineficiente o que nós temos de eficiente no agronegócio. Se o agronegócio é eficiente, nós temos que criar condições para que a nossa indústria de avião, a indústria de computadores, a indústria de celulares, a indústria automotiva sejam cada vez mais competitivas. E aí cada um vai mostrar no final o que tem para vender. E nesse sentido

eu não diria que é um pecado o Brasil ter um agronegócio eficiente, pelo contrário, é a salvação da lavoura mais uma vez.

M.G. – [risos] Em todos os sentidos, não é? É lavoura mesmo. Só para concluir, eu esqueci de perguntar, eu não sei se o senhor chegou a dizer o nome dos seus filhos e o que eles fazem, as idades?

I.W. – Não. Voltando, então, a dimensão pessoal. Eu, na vida, sou uma pessoa que gosto de cultivar as raízes, ficar lambendo as raízes, a família. Nunca passei um natal longe do meu pai e da minha mãe. Já passei longe de meus filhos por conta de separação, mas do meu pai e da minha mãe eu nunca passei o meu natal junto...

M.G. – Nunca passou o natal longe, não é?

I.W. – Longe deles, aliás. Tenho dois filhos. O Daniel, que hoje tem vinte e nove anos, que está em Chicago trabalhando na Bolsa de Chicago, mas está estudando música. Ele sempre foi um grande desenhista e se focou a ser músico, e não é de qualquer música. Blues é o que ele estuda. Então, está lá com a guitarra autografada pelo Buddy Guy.

M.G. – É guitarra que ele toca?

I.W. – É guitarra e violão que ele toca. Então, o Dani velho de guerra está lá em Chicago. E tenho uma filha, Mariana. Todos os meus dois filhos nasceram no dia trinta de março. Os dois no mesmo dia, com uma diferença de quatro anos. A Mariana está aqui em São Paulo. Também morou um ano no Canadá. Concluiu Economia. Trabalha no mercado financeiro, em um grande banco americano. Mariana é mãe, tem uma filha chamada Luna que hoje tem cinco anos, que é a minha netinha. Então isso liga a minha origem, o meu passado com o meu presente e com o meu futuro. De repente virei avô e essa é a coisa mais saborosa que eu tenho na vida. Ter filhos é ótimo, ter neto é inesquecível, é espetacular. Então isso aí é algo que ressalta para mim, extremamente importante. O meu lado afetivo sempre foi muito importante na minha vida, nos meus casamentos, na Isabela que está comigo, nos meus filhos, nos meus amigos – sejam lá de Turiúba, meus amigos hoje daqui, meus amigos da faculdade. Eu escrevi com o Roberto Rodrigues o *Pequeno dicionário amoroso da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*, que é para deixar ali patente o amor que a gente

teve por aquela escola que me pegou ali com dezessete anos e ajudou a me transformar em um homem.

M.G. – Está certo. Obrigado ao senhor pela entrevista. Foi ótimo.

I.W. – Obrigado vocês aí. E reverencio os agricultores brasileiros, as pessoas simples que estão aí fazendo esse Brasil melhor.

M.G. – Está ótimo. Obrigado.

[FINAL DE DEPOIMENTO]